



Nota Técnica
Número 92 – Outubro de 2010

Intermediação de mão de obra

Intermediação de mão de obra

A intermediação de mão de obra é uma das atribuições clássicas de um sistema público de emprego e no Brasil, é de responsabilidade do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. No país, a preocupação com essa atividade levou à estruturação, em 1975, do Sistema Nacional de Emprego (Sine), a primeira forma de atendimento ao desempregado implementada. Posteriormente, em 1986, foi criado o seguro-desemprego e, a partir de meados da década de 1990, foram implantados os primeiros programas de qualificação profissional.

Esta Nota Técnica procura destacar aspectos da intermediação da mão de obra no Brasil. Os dados aqui apresentados foram extraídos do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda de 2009, publicação do DIEESE, feita em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. As fontes primárias utilizadas para a elaboração das tabelas e gráficos foram questionários especiais realizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), e aplicados no período entre maio e outubro de 2008, e estatísticas de intermediação de mão de obra do Sine.

Como ocorre a busca por emprego e trabalho?

A intermediação da mão de obra não é realizada, exclusivamente, pelo Sine. Além de agências públicas de emprego, que fazem parte do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, existem agências privadas. O papel das agências de intermediação públicas e privadas é, basicamente, ajudar a reduzir o desemprego friccional¹. O desemprego friccional resulta da mobilidade da mão de obra e ocorre durante o período de tempo em que os indivíduos se desligam ou são demitidos de um posto de trabalho e saem em busca de outro. Esse tipo de desemprego ocorre em conjunturas econômicas favoráveis, nas quais o trabalhador consegue se recolocar de forma relativamente rápida no mercado de trabalho. O desemprego friccional também pode ocorrer no período de transição de um trabalho para outro dentro de um mesmo setor, como acontece costumeiramente na construção civil, por exemplo.

Portanto, num contexto de crise do mercado de trabalho, quando vigoram elevadas taxas de desemprego - como ocorreu no Brasil na década de 1990 -, o papel das agências de intermediação é muito limitado, pois existe forte escassez de postos de trabalho em decorrência, geralmente, de baixos índices de crescimento econômico².

¹“Decorrente de pequenas imperfeições ou desajustes temporários entre oferta e demanda de trabalho, pois encontrar emprego leva algum tempo”. (COSTA, 2000. p. 195)

² A eficiência das agências de intermediação de mão de obra, especialmente do Sine, depende da articulação com outras políticas (IE-Cesit/Unicamp, 2005)

A atuação das agências privadas de intermediação é focada nas empresas, que as contratam para captar no mercado os profissionais que necessitam. Tais agências, geralmente, lidam com um público formado por profissionais mais qualificados, que têm informações e recursos para tentar uma boa colocação no mercado de trabalho e que dispõem de condições socioeconômicas para aguardar uma oportunidade de trabalho mais condizente com suas expectativas.

Já a atuação das agências públicas de emprego, como o Sine, é voltada para o trabalhador e visa inseri-lo ou reinseri-lo no mercado de trabalho. Entretanto, historicamente, o Sine não tem sido um grande captador de vagas, por isso sua atuação vinha sendo pouco eficaz. O dinamismo recente da economia e a reestruturação do Sine, ocorrida no início da década passada, modificaram essa situação, mas, ainda assim, a falta de um relacionamento institucional consolidado entre o Sine e as empresas reduz a eficácia do sistema público de intermediação de mão de obra.

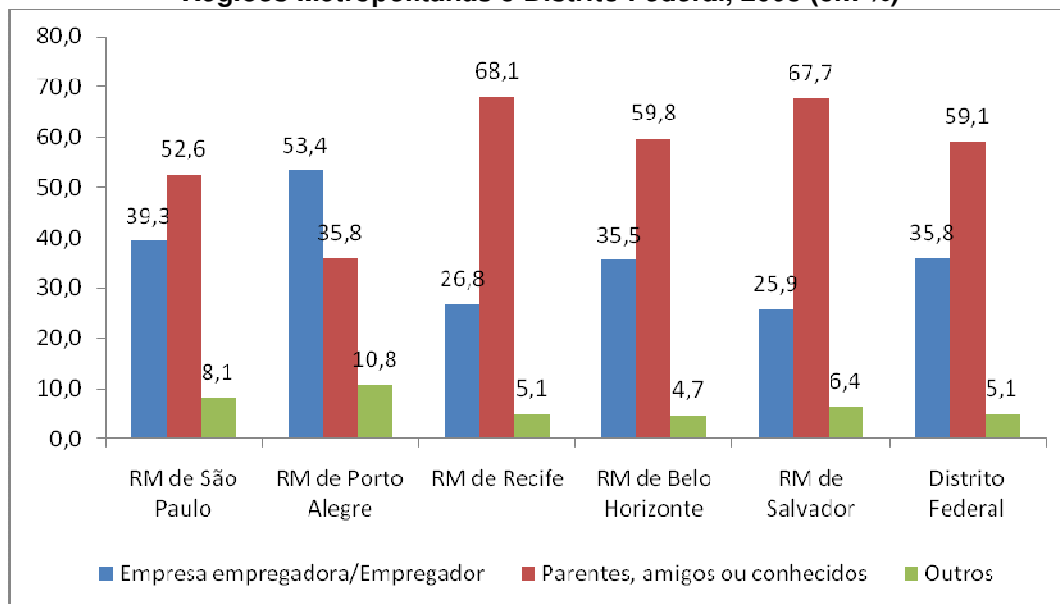
Dado o difícil acesso às agências privadas de intermediação e a baixa eficácia do sistema público de intermediação de mão de obra, Nadya Araújo Guimarães (2009) argumenta que a obtenção de emprego ocorre, costumeiramente, por meio de redes sociais ou contatos pessoais – amigos, parentes, vizinhos. Ainda segundo a autora, as redes sociais adquirem importância na medida em que se configuram como grande meio de circulação de informações sobre oportunidades de trabalho.

Dados de questionário especial aplicado pelo DIEESE em seis regiões onde a Pesquisa de Emprego e Desemprego era realizada, em 2008, mostram as principais formas utilizadas para a obtenção de emprego, segundo o setor em que a atividade é exercida (Gráficos 1 a 3). Percebe-se que o meio utilizado para obtenção do trabalho difere em relação ao setor do emprego. O Gráfico 1 mostra as formas predominantes de busca por trabalho pelos contratados do setor privado.

Entre os ocupados contratados no setor privado, em 2008, as principais formas de busca por trabalho foram a indicação de parentes, amigos ou conhecidos e o contato direto com o empregador, por meio de classificados de jornais e da internet, de anúncios em veículos de comunicação etc.

No Distrito Federal e em quatro das cinco regiões metropolitanas – São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife -, mais de 50% dos ocupados contratados haviam obtido trabalho por meio de indicações de parentes, amigos e conhecidos e nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador esse percentual foi um pouco maior que 60%. Guimarães (2009) argumenta que o trabalho assim obtido é mais precário, dura menos tempo e é pior remunerado do que aquele obtido nas agências públicas e privadas de intermediação.

GRÁFICO 1
Distribuição dos contratados⁽¹⁾ do setor privado, segundo meio utilizado para
obtenção do atual trabalho
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2008 (em %)



Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009

Nota: (1) Inclui contratados com e sem carteira assinada e exclui empregados domésticos

Obs.: a) Ocupados de 14 anos ou mais

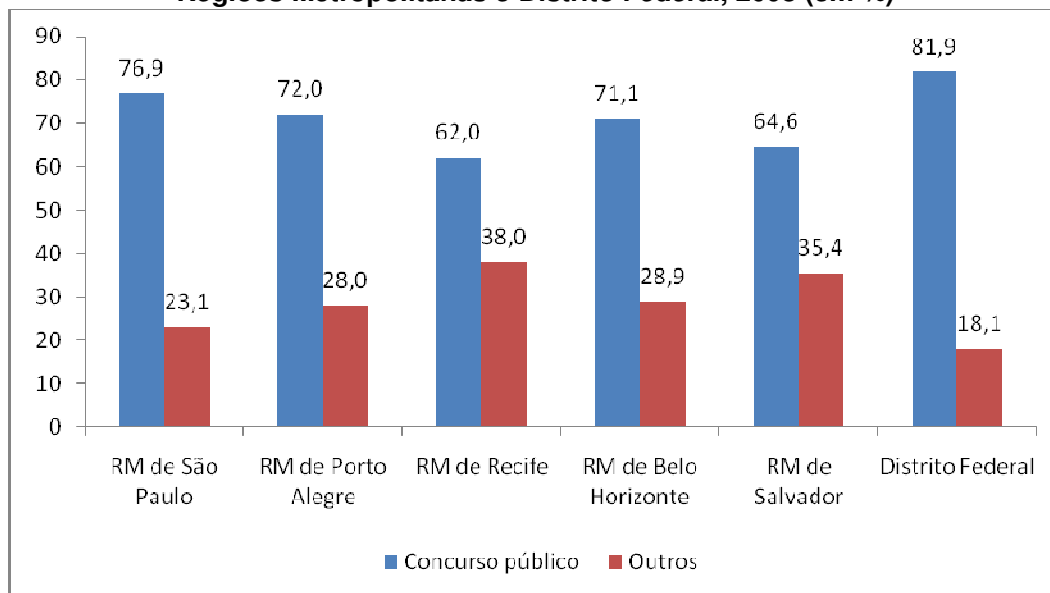
b) Dados correspondem aos meses de maio a outubro

A categoria “Outros” inclui a busca por trabalho por meio das agências públicas e privadas e, como se observa, o percentual de ocupados contratados do setor privado nessa categoria é pouco expressivo. No caso das agências públicas, esse fato pode estar relacionado, entre outros fatores, a sua pouca interação com os empregadores e à dificuldade de identificação dessas agências pelos trabalhadores³ ou desconhecimento sobre os serviços oferecidos.

O Gráfico 2 mostra que, quando o vínculo pretendido é com o setor público, o meio predominante de ingresso é o concurso. Os contratados do setor público obtiveram trabalho, primordialmente, por meio de concurso em todas as regiões metropolitanas e no Distrito Federal. Nos casos de Salvador e Recife, os percentuais de contratados do setor público que obtiveram trabalho por outros meios que não o concurso são mais elevados que nas demais regiões, mas ainda assim, são menores que os concursos públicos.

³ Nos textos de contribuições dos Congressos Regionais para o II Congresso Nacional Sistema Nacional de Emprego, Trabalho e Renda realizado em 2005 já indicava na Integração e articulação das funções do sistema público de emprego a “padronização das agências de atendimento do Sine (física e operacional), com identidade nacional única”. (Texto-base..., 2005. p. 26)

GRÁFICO 2
Distribuição dos contratados do setor público, segundo meio utilizado para
obtenção do atual trabalho
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2008 (em %)



Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009

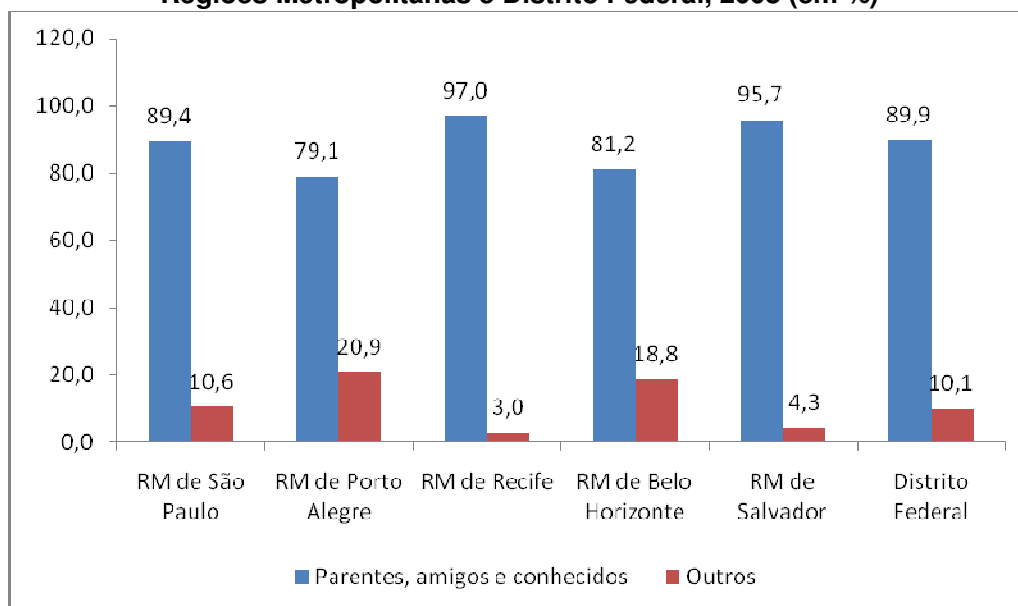
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Ocupados de 14 anos ou mais

b) Dados correspondem aos meses de maio a outubro

O Gráfico 3, por fim, mostra que os empregados domésticos contratados em 2008 encontraram trabalho, primordialmente, por meio de contatos pessoais – parentes, amigos e conhecidos. Relembrando o argumento de Guimarães (2009), a forma de obtenção do trabalho doméstico reforça a natureza, quase sempre precária, dos vínculos e das condições de trabalho nesse segmento. Vale destacar que o relacionamento entre o empregado doméstico e seu empregador exige um grau de confiança que muitas vezes só é satisfeito quando o empregado é indicado por uma pessoa em quem a família contratante também confia.

GRÁFICO 3
Distribuição dos empregados domésticos, segundo meio utilizado para obtenção do atual trabalho
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2008 (em %)



Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009
 Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Ocupados de 14 anos ou mais
 b) Dados correspondem aos meses de maio a outubro

Estatísticas da intermediação pública de mão de obra com base nos registros administrativos do Sine

Dados do Sine, registrados na Tabela 1, mostram que, em 2008, 70% dos desempregados inscreveram-se no Sistema responsável pela intermediação da mão de obra, em âmbito nacional. Esse elevado percentual pode estar associado ao fato de que o Sine desempenha outras funções importantes para o trabalhador desempregado além da intermediação, como, por exemplo, o encaminhamento para cursos de qualificação profissional, ou da solicitação do seguro-desemprego etc.

Cabe, entretanto, ressaltar, que esse dado pode estar superdimensionado devido a possíveis problemas relacionados ao nível de informatização e integração dos sistemas de registros do Sine, ocasionando múltipla contagem de uma mesma inscrição. Ou seja, pode existir mais de uma inscrição para um mesmo trabalhador, seja porque ele foi mais de uma vez ao mesmo posto ou por ter se inscrito em diferentes postos.

O problema da inserção dos registros no sistema parece não só ocorrer com os inscritos, mas, também, com a captação de vagas, como, por exemplo, o possível preenchimento da vaga pelo empregador e o não cancelamento pelo Sine da vaga anteriormente disponível. Os números divergem muito e a proporção de vagas preenchidas

(colocados/vagas), de 40,9%, mostra que o problema pode estar relacionado às imperfeições de registro do Sine com inscritos e vagas.

TABELA 1
Número de inscritos, colocados e vagas no Sine, e estimativa de desempregados
Brasil e Grandes Regiões, 2008 (em nºs absolutos)

Brasil e Grandes Regiões	Inscritos	Colocados	Vagas	Estimativa de desempregados
Norte	173.700	36.899	79.178	476.790
Nordeste	850.063	195.884	358.102	1.996.390
Sudeste	2.587.698	364.281	1.049.681	3.314.477
Sul	957.733	232.117	521.615	761.404
Centro-Oeste	422.421	85.384	227.930	556.556
Brasil	4.991.615	914.565	2.236.506	7.105.617

Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009

Elaboração: DIEESE

Os dados do Sine indicam, ainda, que a intermediação pública de mão de obra cumpre um papel importante no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (Tabela 2). No Brasil, aproximadamente 32,0% dos inscritos no Sine, em 2008, eram requerentes, beneficiários ou segurados do seguro-desemprego. Portanto, quanto mais rápido for o retorno do trabalhador ao mercado de trabalho, menores serão os custos com o seguro-desemprego.

TABELA 2
Distribuição dos inscritos no Sine segundo situação em que se encontra o
trabalhador
Brasil, 2008 (em %)

Situação do trabalhador	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Desempregado	45,7	36,4	54,5	35,1	45,4	48,2
Requerente do seguro-desemprego	28,4	31,8	25,6	50,3	39,9	30,3
Empregado com carteira	10,9	11	10,6	8,4	7,3	10,2
Procura pelo primeiro emprego	13,4	19,5	7,3	5	5,2	9,5
Beneficiário do seguro-desemprego	0,3	0,6	0,5	0,4	0,4	0,5
Segurado do seguro-desemprego	0,2	0,1	0,4	0,2	0,9	0,3
Outras	1,1	0,6	1,1	0,6	0,9	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009

Elaboração: DIEESE

As estatísticas apresentadas na Tabela 3 sobre o perfil dos postos de trabalho disponibilizados pelo Sine, segundo requisitos de escolaridade, não demonstram que exista exigência de elevada escolaridade formal para o preenchimento da maioria das vagas ofertadas. Conforme a tabela, cerca de 70% das vagas oferecidas têm como pré requisito até o ensino médio incompleto.

TABELA 3
Distribuição das vagas ofertadas pelo SINE segundo requisito mínimo de escolaridade
Brasil e Grandes Regiões, 2008 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Analfabeto	4ª série incompleta	4ª série completa	8ª série incompleta	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
Norte	30,4	7,9	4,7	7,4	13,7	4,3	29,6	0,9	1,1	100,0
Nordeste	27,5	7,3	4,3	7,6	14,5	4,4	31,6	1,9	0,9	100,0
Sudeste	15,8	3,5	4,6	8,6	20,8	6,9	38,4	0,7	0,8	100,0
Sul	21,2	13,0	10,9	10,0	20,1	5,5	18,0	0,6	0,7	100,0
Centro-Oeste	31,2	10,4	7,8	10,7	14,5	5,6	18,3	0,8	0,7	100,0
Brasil	21,0	7,0	6,2	8,9	18,7	5,9	30,6	0,9	0,8	100,0

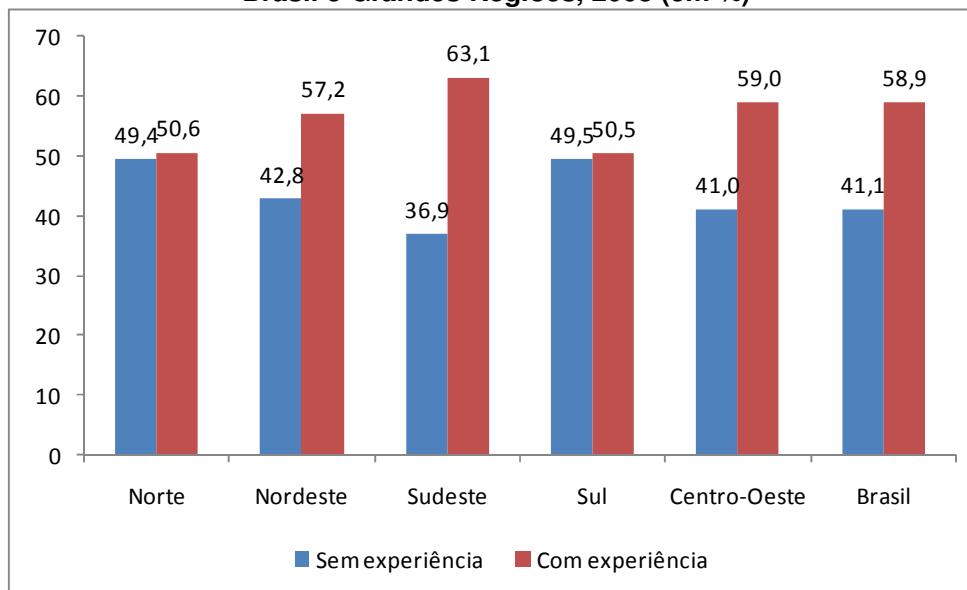
Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009

Elaboração: DIEESE

Obs.: Analfabeto indica que a vaga não possui exigência quanto à escolaridade

O Gráfico 4 mostra que, no Brasil, em 2008, aproximadamente 60,0% dos trabalhadores inscritos no Sine possuíam experiência⁴ anterior de trabalho com registro em carteira. Mas, contraditoriamente, ao observar as estatísticas do Sine, o efeito da experiência anterior do trabalhador no mercado de trabalho formal mostrou-se limitado no momento de a empresa preencher a vaga. Interessante notar, por exemplo, que o Sudeste, que apresenta a maior proporção de trabalhadores com experiência anterior, de 63,1% dos inscritos, é a região com a menor proporção de vagas preenchidas, que corresponde a 34,7%.

GRÁFICO 4
Distribuição dos inscritos no Sine, segundo experiência anterior com registro em carteira
Brasil e Grandes Regiões, 2008 (em %)



Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009

Obs.: A experiência é considerada em qualquer uma das seis ocupações pretendidas pelo trabalhador inscrito

⁴ Com base nos dados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda de 2009, 41,1% das vagas ofertadas pelo SINE, no Brasil, não exigiam experiência anterior.

Os dados do Sine (apresentados na Tabela 4) revelam a existência de discriminação de gênero no mercado de trabalho no país. Do total de inscritos no Sine, em 2008, 54,1% eram do sexo masculino e 45,9% do sexo feminino. No momento da colocação do trabalhador nos postos de trabalho, porém, apenas 37,3% foram ocupados por mulheres, o que torna a discriminação ainda mais visível. Dado o perfil das vagas oferecidas, tal discriminação não se justifica. Conforme a Tabela 4, na região Nordeste, 71,0% das vagas ofertadas em 2008 poderiam ser preenchidas tanto por homens quanto por mulheres, entretanto, apenas 1/3 dos colocados eram mulheres.

TABELA 4
Distribuição dos inscritos, colocados e vagas ofertadas no Sine por sexo
Brasil e Grandes Regiões, 2008 (em %)

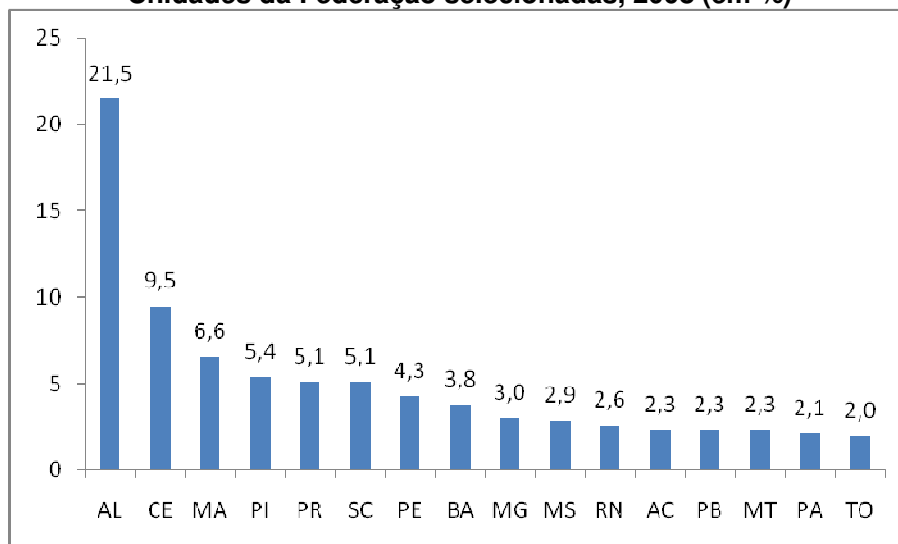
Brasil e Grandes Regiões	Inscritos			Colocados			Vagas ofertadas			
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Indiferente	Total
Norte	55,7	44,3	100,0	71,7	28,3	100,0	49,5	18,5	32,1	100,0
Nordeste	56,2	43,8	100,0	66,4	33,6	100,0	29,0	7,6	63,4	100,0
Sudeste	51,4	48,6	100,0	60,0	40,0	100,0	44,5	11,1	44,4	100,0
Sul	58,4	41,6	100,0	59,7	40,3	100,0	42,0	15,9	42,1	100,0
Centro-Oeste	56,0	44,0	100,0	70,1	29,9	100,0	52,6	15,3	32,1	100,0
Brasil	54,1	45,9	100,0	62,7	37,3	100,0	42,5	12,3	45,2	100,0

Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009

Obs.: Indiferente indica que a vaga não discrimina o sexo do trabalhador

Os postos do Sine atendem a uma parcela importante de trabalhadores que têm pouco acesso às vagas ofertadas no mercado de trabalho, pois estão afastados dos centros urbanos. O Gráfico 5 mostra que apesar de o Sine ser um sistema urbano, ele contribui para captar vagas para populações vulneráveis que vivem no campo, como indígenas e quilombolas.

GRÁFICO 5
Proporção de inscritos no Sine residentes em áreas rurais, quilombolas e
comunidades indígenas.
Unidades da Federação selecionadas, 2008 (em %)



Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009

Obs.: As demais unidades da Federação apresentam proporções inferiores a 2,0%.

Os postos públicos de intermediação de mão de obra também captam vagas para trabalhadores com deficiência. Isso tornou possível o crescimento do número de pessoas com deficiência inscritas no Sine, os quais passaram de 26,6 mil, em 2006, para 29,0 mil, em 2008. Estes números correspondiam a cerca de 10% dos trabalhadores com deficiência inseridos no mercado formal de trabalho.

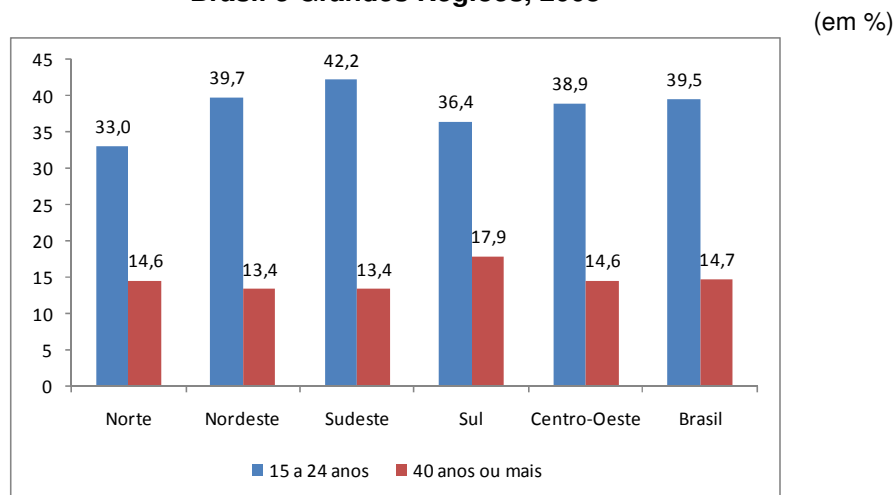
TABELA 5
Número de trabalhadores com deficiência, inscritos no SINE e empregados formais
Brasil e Grandes Regiões, 2008 (em nºs absolutos)

Brasil e Grandes Regiões	Inscritos			Nº de empregados formais com deficiência (em 2008)
	2006	2007	2008	
Norte	1.085	822	1.531	12.021
Nordeste	4.677	4.658	4.754	52.019
Sudeste	13.494	14.354	17.095	175.516
Sul	5.838	6.157	3.676	59.982
Centro-Oeste	1.514	2.097	1.950	23.672
Brasil	26.608	28.088	29.006	323.210

Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009; MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Quando são analisadas as estatísticas sobre os trabalhadores colocados pelo SINE, segundo faixas etárias, nota-se, com base nos dados apresentados no Gráfico 6, que a intermediação pública de mão de obra, no Brasil, em 2008, contemplou, do total de colocados, cerca de 40,0% de jovens com idade variando entre 15 e 24 anos. As pessoas com 40 anos ou mais de idade, que têm mais dificuldade para se (re) inserir no mercado de trabalho, representaram 14,7% dos colocados pelo Sine.

GRÁFICO 6
Proporção de colocados pelo Sine por faixas etárias selecionadas
Brasil e Grandes Regiões, 2008



Fonte: DIEESE. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: intermediação de mão de obra, 2009
Obs.: No total de colocados estão incluídas as faixas etárias "25 a 29", "30 a 39", não apresentadas no gráfico

Considerações Finais

Em um momento de retomada do dinamismo do mercado de trabalho, como o Brasil vivencia atualmente, as agências públicas de intermediação de mão de obra poderão contribuir para reduzir o tempo de procura por emprego. Mas para que isso ocorra é preciso que se estabeleça um relacionamento mais efetivo entre as empresas e estas agências, de forma a democratizar o acesso da maioria dos trabalhadores às vagas existentes, bem como avançar no aperfeiçoamento do Sistema de modo a melhorar a sua integração, padronização e informatização.

Outro desafio a ser enfrentado é aprimorar a qualidade das informações produzidas pelas agências públicas. Como mencionado no texto, há indicativo de problemas de múltipla contagem em relação ao número de trabalhadores inscritos – um mesmo trabalhador pode se inscrever várias vezes num mesmo posto ou em diferentes postos. Em relação ao número de colocados, ao contrário, pode haver subestimação, pois uma vaga já preenchida pode não ter sido cancelada nos sistemas de registro dos postos. A qualidade técnica das estatísticas produzidas é fundamental para orientar as ações dos gestores das políticas de emprego e para subsidiar estudos e análises sobre a intermediação da mão de obra no país.

Referências

- COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia em 10 lições**. Campinas: Makron Books/Unicamp. 2000. 430 p.
- DIEESE. **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda**. São Paulo: DIEESE/MTE, 2009.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 85, nov. 2009, p. 150-171. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1360. Acesso em: 12 abr. 2010.
- IE-CESIT/UNICAMP. O sistema público de emprego no Brasil: quadro geral e principais desafios. In: CONGRESSO NACIONAL, 2., São Paulo. **Sistema público de emprego trabalho e renda**, São Paulo: MTE; CODEFAT; FONSET, 2005. p. 273-290.
- TEXTO-BASE submetido à discussão nos congressos regionais: construção de um sistema público de emprego, trabalho e renda integrado e participativo. In: CONGRESSO NACIONAL, 2., São Paulo. **Sistema público de emprego trabalho e renda**, São Paulo: MTE; CODEFAT; FONSET, 2005. p. 19-35.

Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Josinaldo José de Barros - Presidente
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de
Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel
Alberto Soares da Silva – Vice-presidente
STI de Energia Elétrica de Campinas
João Vicente Silva Cayres – Secretário
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Ana Tércia Sanches – Diretora
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região
Antonio de Sousa – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de
Osasco e Região
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sindicato dos Eletricistas da Bahia
José Carlos de Souza – Diretor
STI de Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Serviços de Asseio e
Conservação Ambiental Urbana
e Áreas Verdes do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações,
Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do
Sul
Zenaide Honório – Diretora
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São
Paulo (Apeoesp)
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de
Material Elétrico de Veículos
e Peças Automotivas de Curitiba
Maria das Graças de Oliveira – Diretora
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de PE
José Maurício da Silva – Diretor
STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi das Cruzes e
Região

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e
desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações
sindicais
Nelson Karam – coordenador de educação
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas
Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e
financeira

Equipe técnica responsável

Crystiane Peres
Pedro dos Santos Bezerra Neto
Regina Camargos

Revisão Técnica

Ademir Figueiredo

Revisão de texto

Iara Heger